

## PLANO DE CURSO

| 1 MÓDULO  | 2 CARGA HORÁRIA   | 3 PÚBLICO ALVO  | 4 NÚMERO DE VAGAS   | 5 MODALIDADE DO CURSO     |   |
|---|---|---|---|---------------------------|---|
| Novas competências penais e sentença condenatória penal eleitoral   | 12 horas/aula   | Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e Juízes Eleitorais. | 100 vagas   | Curso à distância         |   |
| 6 EMENTA  |   |   |   |                           |   |
| 1- COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA ELEITORAL<br>1.1- Previsão legal<br>1.2- Inquérito nº 4.435/STF<br>1.3- Crimes eleitorais<br>1.4- Crimes conexos<br>1.5- Peculiaridades processuais<br>1.6 - Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticrime)  |   |   | 2- SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA<br>2.1- Características e elementos essenciais da sentença penal eleitoral condenatória<br>2.2- Dosimetria da pena eleitoral<br>2.3- Fases da dosimetria<br>2.4- Consolidação da decisão |                           |   |
| 7 JUSTIFICATIVA   |   |   |   |                           |   |
| A Justiça Eleitoral, recentemente, viu sua competência penal ser alterada pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Inquérito nº 4.435. A partir desta decisão, crimes conexos aos delitos eleitorais passarão a ser julgados pela Justiça especializada. O acréscimo de competências tem como consequência mais evidente o acréscimo no número de demandas eleitorais e o tratamento de crimes comuns. Além disso, a edição da Lei nº 13.964/19, que modifica matérias do Direito Processual Penal, outras repercussões surgiram na seara eleitoral. Assim, a alteração do cenário, faz com que aumente a importância do processo penal eleitoral e, especialmente, do procedimento de criação das sentenças penais eleitorais, mormente, a etapa de dosimetria da pena. |   |   |   |                           |   |
| 8 OBJETIVOS   |   |   |   |                           |   |
| 8.1 OBJETIVO GERAL  |   |   |   |                           |   |
| Preparar servidores da Justiça Eleitoral para o julgamento de casos envolvendo crimes eleitorais e crimes conexos a estes.  |   |   |   |                           |   |
| 8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS   | 9 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO   | 10 METODOLOGIA  | 11 CARGA HORÁRIA  | 12 RECURSOS               | 13 REFERÊNCIAS  |
| Identificar a competência penal da Justiça Eleitoral;   | 1 Competências previstas na legislação.<br>2 Competências para análise de crimes conexos.                         | Tempestade de ideias seguida de aula expositiva dialogada.              | 4 horas/aula  | Slides.                   | GOMES, José Jairo. <b>Crimes eleitorais e processo penal eleitoral</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. |
|   | 3 Peculiaridades do processo penal eleitoral.<br>4. Modificações introduzidas pela Lei nº 13.964/19.              | Estudo de caso e aula expositiva dialogada.                             | 4 horas/aula  | Casos, Julgados e slides. | MOURA, Evânio. <b>Processo Penal Eleitoral</b> . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2020.                          |
| Analisar as peculiaridades do processo penal eleitoral;   | 4 Procedimento de dosimetria da pena eleitoral.<br>5 Consolidação da decisão e elementos acessórios à dosimetria. | Estudo de casos, análise jurisprudencial e sistematização das ideias.   | 4 horas/aula  | Casos, julgados e slides. | SCHIMITT, Ricardo Augusto. <b>Sentença Penal Condenatória</b> . Salvador: JusPodivm, 2016.              |

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| Construir subsídios para a construção de sentença penal condenatória. |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|

#### **FORMADOR:**

**VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO.** Analista Judiciário do TRE-MA desde 2006. Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia-UNAMA (2008). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2015). Curso de Formação de Formadores pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM (2018). Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito, tendo ministrado aulas no Piauí, Paraná e Rio de Janeiro. Instrutor de Escolas Judiciárias Eleitorais: Rio de Janeiro, Piauí e Rondônia. Membro do Grupo de Trabalho 1 (Direitos Políticos) para Sistematização das Normas Eleitorais pelo TSE. Autor dos livros: “Manual das Inelegibilidades: com comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência Atualizada do TSE e STF” e “Direitos Políticos no Brasil: o eleitor no Século XXI”, além de participação em outras obras coletivas e dezenas de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Secretário-Geral Adjunto da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5545677570385962>